

Fernando Henrique Cardoso

A ARTE DA POLÍTICA

A HISTÓRIA QUE VIVI


CIVILIZAÇÃO
BRASILEIRA

SUMÁRIO

Agradecimentos 9

Introdução 11

1. *Fortuna e alguma virtù* 31
2. Aprendendo na política 75
3. O Plano Real: da descrença ao apoio popular 137
4. No Planalto: desvendando a esfinge do poder 223
5. Pedras no caminho: as incertezas na economia 339
6. Dos obstáculos à herança bendita 389
7. A luta contínua para reordenar o Estado 445
8. A sociedade como protagonista 499
9. Estado e crescimento econômico 559
10. Política externa: o papel e as viagens do Presidente 601

Palavras finais 673

Índice 683

No Planalto: desvendando a esfinge do poder**Sobre partidos, nomeações e sapos engolidos (ou não)****A ARTE DA POLÍTICA**

O PMDB reivindicava criar um Ministério de Integração Regional e o candidato apontado era Cícero Lucena, ex-governador da Paraíba, que eu conhecera quando ministro da Fazenda e sobre quem tinha boa opinião. Quando iniciei conversas com o PFL sobre participação no Ministério, disse a seu presidente, senador Jorge Bornhausen, que gostaria de contar com dois pefelistas, Gustavo Krause e o deputado Reinhold Stephanes (PR), ex-ministro da Previdência quando a pasta era abrangida pela do Trabalho, no governo Collor, cuja visão reformista me agradava. Certifiquei-me das qualidades de Stephanes com Sérgio Cutolo, técnico competente que nos ajudara na formatação do Plano Real como secretário executivo do Ministério da Previdência. Quanto a Krause, conhecíamos-nos desde quando ele tinha sido titular da Fazenda e eu chanceler. A excelente conversa que mantivemos sobre governo e administração pública reafirmou minha percepção contrária à criação de um Ministério da Integração Regional, como alguns defendiam. Os argumentos eram os mesmos do senador Beni Veras, grande conhecedor de assuntos regionais: estes deveriam ser tratados pelo Ministério do Planejamento com políticas nacionais que diminuíssem as desigualdades e não por meio de órgãos regionais que acabam nas mãos das oligarquias, como ocorreu com as Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam). Vendo o entusiasmo com que Krause discorria sobre a problemática das águas, pedi para que aceitasse ser ministro do Meio Ambiente. Orientei-o desde logo para a criação de uma Agência Nacional de Águas (ANA), que acabaria sendo implantada mais tarde e entregue a um técnico competente, Jerson Kelman, a quem conheci por intermédio de Tasso Jereissati.

Meu propósito inicial para a área do meio ambiente era ter no Ministério o deputado Fábio Feldman (PSDB-SP), um grande conhecedor e batalhador ecológico. O fato de Krause ser nordestino e não ser filiado ao PSDB pesou em desfavor de Feldman. Criou, porém, um problema: nomearia um pernambucano e, ainda a decidir pelo nome, um baiano (a Bahia me dera muitos votos e nela a liderança dos Magalhães era incontestável), e ambos do PFL. Isso desequilibrava a relação entre o PFL e o PMDB do Nordeste. Daí a pressão para nomear Cícero Lucena, à qual cedi em parte. Criei uma Secretaria de Políticas Regionais, no Ministério do Planejamento, e lhe entreguei o comando. Não sem antes recomendar que

267

CAPÍTULO 8**A sociedade como protagonista****"Novos temas": pluralidade racial, gênero, ambiente**

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

além de as florestas e campos do país abrigarem uma diversidade biológica extraordinária.

O Ministério do Meio Ambiente, por intermédio do Ibama, cuida das licenças ambientais para a realização de obras de infra-estrutura e se responsabiliza pela preservação das áreas verdes. Era necessário conferir-lhe melhores condições de controle, o que se fez com a utilização de satélites de monitoramento ambiental que fornecem imagens diárias de toda a região amazônica, e da instalação do Sivam e do Sipam,²⁶ de enorme valia, para a mesma finalidade. Faltava, contudo, regulamentar e dar forma institucional a uma agência que cuidasse do riquíssimo patrimônio nacional que são as águas.

Em 1997 o Executivo enviou ao Congresso, que a aprovou, melhorando-a, a Lei das Águas.²⁷ A ANA, agência criada em 2000 e mencionada no Capítulo 4, para a direção da qual nomeei o competente engenheiro, Jerson Kelman, se tornou responsável pela execução da lei e pela Política Nacional de Águas, que prevê a constituição de organismos de gestão das bacias hidrográficas, descentralizados administrativamente e controlados localmente pela participação direta dos interessados. A despoluição dos rios, juntamente com a tomada de medidas para evitar a desertificação (sobretudo no Nordeste), passaram a ser diretrizes básicas da ANA. Cabe a ela também encaminhar a delicada questão do custo e pagamento pelo uso desse recurso.

Instalei e passei a presidir um Fórum Nacional de Meio Ambiente, órgão diretamente ligado à Presidência, tendo como secretário o ex-deputado e incansável militante da área Fábio Feldman. O objetivo era fazer a ligação entre o governo e a sociedade civil nessa matéria, pois se existe uma questão na qual o governo sozinho pouco pode é esta. Sem que a sociedade tome consciência dos problemas do meio ambiente e participe das políticas para resolvê-los, o Estado caminha a passos de tartaruga.

²⁶ Graças ao Sivam, já tratado neste livro, foi possível a criação do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), que integra informações e gera *know-how* para políticas públicas na Amazônia Legal. O Sipam lançará mão de dados produzidos por uma complexa infra-estrutura tecnológica, que inclui radares, estações meteorológicas e plataformas de coletas de dados.

²⁷ Lei nº 9.433, de 8/1/1997.

556

A energia hidrelétrica e a crise do "apagão"

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

tos Iniciais). As distribuidoras, na medida da expansão da demanda de energia futura, assinalariam a necessidade de investimento às geradoras, o que não ocorreu. E não ocorreu porque as distribuidoras estavam confiadas na oferta previsível estabelecida nos Contratos Iniciais. Faltou uma avaliação mais realista da capacidade geradora a partir do início do novo modelo.

No passado, com toda a geração e distribuição nas mãos do governo, o Ministério de Minas e Energia dispunha de um planejamento que calculava a geração de energia necessária ao consumo previsto acrescida de uma margem de segurança de 5%. Com o início das privatizações (digase, a bem da verdade, que estas, se avançaram em estados como São Paulo, engatinharam no plano federal: apenas a Eletrosul foi privatizada, continuando o sistema Chesf, Furnas, Itaipu, Angra, Tucuruí e outras estatais nas mãos do governo), o Ministério perdeu a capacidade planejadora e o sistema de alerta, a ser dado pelas geradoras, não funcionou. Houve uma subestimação inicial da necessidade de aumentar a produção no momento da transição entre um modelo e outro.

As conclusões da comissão de alto nível que criei logo em maio de 2001,⁹ em plena crise, para explicar o que aconteceu, são taxativas: não houve aumento imprevisto do consumo, a escassez de água, que era real, poderia até ter ocasionado danos piores se a estiagem tivesse ocorrido no verão de 2000, pois o nível das reservas já era crítico em 1999, e houve um atraso em obras que, se concluídas a tempo oportuno, talvez tivessem evitado a dramaticidade da escassez de água nos reservatórios. Por que não o foram? Novamente, questões mal resolvidas quanto a quem cabiam decisões, se ao Ministério, à Aneel ou a quem seja, inclusive na delicada área do licenciamento ambiental, prejudicaram o ritmo das obras.

⁹ Chamava-se Comissão de Análise do Sistema Hidrotérmico de Energia Elétrica e teve a coordenação de Jerson Kelman, na época presidente da ANA e que no governo Lula passou a dirigir a Aneel. Compunham-na Altino Ventura Filho, diretor técnico executivo da Itaipu Binacional, Sérgio Valdi Bajay, professor da Unicamp, João Camilo Penna, ex-ministro de Minas e Energia e conselheiro de Itaipu, e Cláudio Luiz da Silva Haddad, presidente do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmecc), com a consultoria dos especialistas na área Mário Veiga Ferraz, Frederico Gomes e José Rosenblatt.